



A Vinculação dos Precedentes no Sistema Jurídico Brasileiro: Impactos e Desafios no Novo CPC

Autor(res)

Renata Apolinário De Castro Lima
Thalita Carolainy Moreira Dos Santos
Aline Pereira Da Silva

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Precedentes jurídicos são decisões de tribunais em casos anteriores que servem como referência para julgamentos futuros em situações semelhantes. Eles desempenham um papel central nos sistemas de common law, como no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde a jurisprudência é uma das principais fontes do direito. No entanto, sua importância também tem crescido em sistemas de civil law, como o brasileiro, que historicamente são mais baseados em códigos e leis escritas. A ideia básica de um precedente é garantir coerência, previsibilidade e segurança jurídica nas decisões judiciais. Quando um tribunal superior estabelece um entendimento sobre determinada questão jurídica, espera-se que os tribunais inferiores sigam essa orientação, promovendo uniformidade no sistema de justiça. No Brasil, a partir do novo Código de Processo Civil de 2015(CPC/2015), os precedentes passaram a ter uma função ainda mais relevante.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar o papel dos precedentes judiciais no sistema jurídico brasileiro após a introdução do Novo Código de Processo Civil (CPC) de 2015, com foco na vinculação das decisões judiciais. O estudo busca examinar como os precedentes obrigatórios contribuem para a segurança jurídica, uniformização da jurisprudência e agilidade no processo judicial.

Material e Métodos

Material e métodos

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de fontes doutrinárias, legislação pertinente (Novo CPC), além de análise de decisões jurisprudenciais relevantes. Serão consultadas obras jurídicas de autores especializados em processo civil e precedentes, artigos acadêmicos e acórdãos de tribunais superiores, como o STF e o STJ, que abordam a aplicação de precedentes no sistema jurídico brasileiro.

Resultados e Discussão

Resultados e discussão

IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



O estudo aponta que a adoção de precedentes vinculantes no Brasil representa uma tentativa de aumentar a previsibilidade das decisões judiciais e garantir maior segurança jurídica, ao mesmo tempo em que se busca uniformizar a jurisprudência em casos similares. No entanto, discute-se a dificuldade enfrentada pelos tribunais de instâncias inferiores na aplicação dos precedentes, principalmente em questões de interpretação e distinção de casos (distinguishing). Outro ponto analisado é a tensão entre a flexibilidade necessária para lidar com mudanças sociais e jurídicas e a rigidez da aplicação dos precedentes.

Conclusão

A vinculação dos precedentes judiciais, especialmente após a promulgação do Novo CPC, tem contribuído significativamente para a estabilidade e uniformidade do sistema judiciário brasileiro. Contudo, desafios permanecem quanto à correta aplicação dos precedentes, e à necessidade de formação contínua dos magistrados e advogados para lidar com a teoria dos precedentes. O trabalho conclui que, embora o sistema de precedentes esteja em evolução, ainda é necessário um aprimoramento prático.

Referências

Referências

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferenca-entre-precedentes-jurisprudencia-sumulas-e-precedentes-vinculantes/1162021699> <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/afinal-o-que-e-um-precedente/1889550599>
<https://core.ac.uk/download/pdf/211925659.pdf> <https://books.google.com.br/books?hl>